



# Anais da Assembléia

Nº 77

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 28 DE JUNHO DE 1976.

ANO II

## 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

### ATA DA 112ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 1976.

#### SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Lúcio Machado e Rosário Pitelli.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ernesto Dal'Oglio, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Ezequias Losso e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

#### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Não há expediente a ser lido.

Passa-se à ORDEM DO DIA,  
com a presença de 54 Srs. Deputados.

CONTINUAÇÃO DA DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição número 189/76, veto apostado ao Projeto de Lei 62/75, de autoria do Deputado José Muggiati Filho, que dispõe sobre o número de Vereadores às Câmaras Municipais e dá outras providências. Parecer da C.C.J., estando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário, por unanimidade. —

O SR. MUGGIATI FILHO — (Pela ordem) Sr. Presidente, era nossa intenção focalizarmos hoje os efeitos do projeto de lei caso viesse o mesmo, ou venha o mesmo a ser aprovado, com relação a lei anterior que fixou o número atual dos Vereadores de nossas Câmaras Municipais.

Como se sabe, o efeito que poderá ter o projeto de lei em discussão, se aprovado, com relação à lei anterior, depende da natureza dessa lei. Se ela for realmente uma lei de natureza temporária, é evidente que todas as Câmaras de Vereadores sofreriam modificações, se aprovado o projeto. Caso contrário, as Câmaras de Vereadores manteriam o número atual, ou melhor, elas não seriam forçadas — as que têm número mais elevado que o previsto na lei atual — a reduzir o seu número.

E em resumo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que está de mais substancial no que diz respeito à pretensão ou à vontade dos Srs. legisladores, é justamente esse ponto: às vésperas das eleições municipais, cogita-se de saber os efeitos dessas leis viriam, — o que para muitos representaria prejuízo —, forçar o número de Vereadores de determinadas Câmaras Municipais.

Mas, para que se chegue a uma conclusão fora de qualquer dúvida, e eu presumo até, Sr. Presidente que a lei anterior talvez seja uma lei temporária; pode ser também que não.

e, amanhã ou depois, poder-se avaliar esta conclusão como uma conclusão parcial ou, até certo ponto, que forçou um aumento visando a defesa de um ponto de vista, nós queremos ser realista. E, para que isso aconteça, há necessidade de que se tenha presente o texto da lei anterior, que foi matéria legislativa aprovada nesta Casa.

Portanto, pediria a V. Exa., e tenho em mãos um requerimento escrito neste sentido, de que fosse adiada a discussão por 24 horas, a fim de que fosse junto ao processo legislativo, em discussão, a lei anterior que fixou o número de Vereadores em nossas Câmaras Municipais. Através de seu texto, poderemos saber realmente se se trata de uma lei de caráter temporário ou não.

Se for de caráter temporária, serei o primeiro a reconhecer que os efeitos do projeto atual, são aqueles que vêm contrariar a maioria dos legisladores em seus interesses municipais.

É o requerimento que encaminho a V. Exa. (Lê):  
Senhor Presidente.

Requer-se a suspensão da discussão ou o seu adiamento por 24 horas, para ser junto ao processo o texto da lei que fixou o atual número de Vereadores nas respectivas Câmaras Municipais, a fim de se poder definir a sua natureza e os efeitos do projeto em discussão, se transformado em lei.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1976".

— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) em votação o requerimento do ilustre Deputado Muggiati Filho. — APROVADO.

Sendo assim, fica transferida para a sessão extraordinária de amanhã, dia 29, terça-feira, às 14,00 horas a apreciação da Ordem do Dia marcada para hoje, Proposição número 189/76.

## 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

### ATA DA 113ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 1976.

Presidência do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, e secretariada pelos Srs. Deputados Domício Scaramella e Muggiati Filho.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Trajano Bastos, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

Q SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomel). Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte  
EXPEDIENTE:

#### OFÍCIOS:

Do Senhor Governador do Estado, sob o número 101/76, comunicando haver sido VETADO PARCIALMENTE o projeto de lei número:

**07/76:** Oriundo de Mensagem Governamental número 27/76, que visa dar nova redação ao artigo 87 e parágrafos, da Lei Complementar número 03, de 14 de maio de 1974 (Estatuto da Polícia Civil), dispondo sobre a incorporação da gratificação de tempo integral e dedicação exclusiva, aos proventos de futuras aposentadorias do pessoal da Polícia Civil do Estado. O **Veto Parcial** apostado incidiu sobre as expressões “sem prejuízo de outras vantagens e gratificações”, constantes do artigo 1º, na pretendida redação ao § 1º, do artigo 87, da Lei Complementar número 03/74. — À Comissão de Constituição e Justiça.

Do Senhor Governador do Estado, sob o número 102/76, comunicando haver sido VETADO INTEGRALMENTE o projeto de Lei número:

**18/76:** Do Senhor Deputado ACCIOLY NETO, que visa a revogação do artigo 25, da Lei número 4766, de 13 de novembro de 1966. — À Comissão de Constituição e Justiça.

#### TELEX:

Do Senhor Deputado Federal CLEVERSON TEIXEIRA, Coordenador da Bancada Federal da Arena Paranaense, nos seguintes termos: ATENÇÃO JUSTO APELO COLORADO ESPORTE CLUBE FAZEMOS CIENTE VOSSENCIA REMETEMOS MINISTRO NEY BRAGA ET ALMIRANTE HELENO NUNES SEGUINTE TELEGRAMA DEPUTADOS SIGNATÁRIOS VG INTEGRANTES BANCADA FEDERAL ARENA PARANAENSE VG DIRIGEM VOSSENCIA CALOROSO APELO SENTIDO SEJA ESTUDADA COM SIMPATIA INCLUSÃO COLORADO ESPORTE CLUBE VG ENTRE PARTICIPANTES PROXIMO CAMPEONATO NACIONAL FUTEBOL PT SOMOS CONHECEDORES SEU DECIDIDO EMPENHO EM FAVOR ESPORTE BRASILEIRO VG MOTIVO PELO QUAL VG EM NOME ESPORTISTAS ET POPULAÇÃO PARANA VG FAZEMOS ESTE APELO VG CONFIANTES SUA DECISÃO ET DESEJOSOS PRINCIPALMENTE VG PROMOVER COM JUSTIÇA MAIOR PROJEÇÃO ESPORTE NOSSO ESTADO VG COM TANTA TRADIÇÃO CERTAMES ESPORTIVOS NACIONAIS PT CORDIAIS CUMPRIMENTOS DEPUTADO NORTON MACEDO VG DEP CLEVERSON TEIXEIRA VG DEPUTADO ARY KFFURI VG DEPUTADO AGOSTINHO RODRIGUES VG DEPUTADO ALÍPIO CARVALHO VG DEPUTADO ITALO CONTI VG DEPUTADO FLAVIO GIOVINI VG DEPUTADO SANTOS FILHO VG DEPUTADO JOÃO VARGAS ET DEPUTADO BRAGA RAMOS. — Ao conhecimento da Casa.

#### REQUERIMENTOS:

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve na forma regimental, após ouvir o douto Plenário, requer seja oficiado aos Exmos. Srs. Ministro de Educação e Cultura e, Reitor da Universidade Federal do Paraná, a devolução da importância recebida indevidamente pela UFP, com a máxima urgência, aos seus alunos

credores.

O assunto vem se arrastando por vários anos, sem uma solução.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1976.

(a) ERNESTO GNOATO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a Vossa Excelência que ouvido o Plenário, seja solicitado ao Excelentíssimo Senhor Doutor Jayme Armando Prosdócimo, DD. Secretário das Finanças, se digne informar as razões porque está sendo pago ao município de Palmeira, a sua participação na arrecadação do ICM com 50 por cento a menos do que o estimado para o corrente exercício, quando isso parece que não vem ocorrendo com outros municípios, fato que está causando sérios transtornos à sua administração.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1976.

(a) LINEU TURRA

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomel). Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Rosário Pitelli.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Senhor Presidente, Srs. Deputados.

(lê): “O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico destinou ao Rio Grande do Sul, para aplicação no ano em curso, somente para a expansão e modernização da indústria de óleos vegetais comestíveis e seu ajustamento às dimensões da demanda e aos padrões de concorrência a nível internacional, a quantia de Cr\$ 353.000,00 (trezentos e cinquenta e três milhões de cruzeiros).

O crédito, através do Programa de Operações Conjuntas (POC) na modalidade de operações programadas, foi concedido pelo BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) ao Banco do Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), que organizou o PROVEC depois do acentuado crescimento das safras de soja no Rio Grande do Sul e da expansão das exportações do produto.

O PROVEC, senhores Deputados — tem cinco objetivos principais:

1 — Elevar a escala das indústrias a nível de concorrência internacional;

2 — Aumentar a produtividade e os padrões de qualidade, com o conseqüente aumento do poder de competição, especialmente no mercado externo, mediante a instalação de unidades modernas de extração a solvente e utilização de sistemas aperfeiçoados e contínuos de refinação;

3 — Orientar projetos de expansão e implantação para localizações que maximizem a eficiência no recebimento de matérias-primas e distribuição da produção;

4 — Adequar as condições de recepção e estocagem de matéria prima e armazenagem e escoamento dos produtos derivados;

5 — Diversificação da produção da indústria.

Estabeleceu-se ainda que na concessão de financiamentos, por intermédio do PROVEC, o BRDE dará prioridade a projetos de empresas que já atuam no ramo; de empresas ligadas a produção ou comercialização da soja e seus derivados, e especialmente às COOPERATIVAS e firmas exportadoras.

Ao registrarmos os referidos dados, o fazemos com a maior satisfação eis que as medidas de tal magnitude tomada pelo Banco do Desenvolvimento do Extremo Sul, propiciam excelentes perspectivas para a lavoura brasileira. E o Paraná que participa acionariamente do Banco do Desenvolvimento do Extremo Sul, participa, sem dúvida, de tão importante deliberação.

Por isto julgamos muito válida a idéia de se implantar nos vários centros de produção, indústrias de médio e grande porte para extração de óleos vegetais de soja.

Considerando os preços atuais, a instalação de uma indústria de soja com capacidade de produção diária de 10.000 sacas, cujo custo seria na ordem de Cr\$ 52.000.000,00, com maquinária e equipamentos totalmente fabricados em nossa Pátria, produziria, anualmente, para os mercados externos, nada menos do que 32.400.000 quilos de óleo, e 144.000.000 de quilos de farelo, faturando em nossa moeda, a importância de Cr\$ 488.149.200,00.

Empreendimento desta ordem além de absorver a produção da própria região, promoveria o desenvolvimento de uma comercialização mais justa, criando ainda novas fontes de trabalho.

É exatamente quando se realiza negócios de soja, a Cr\$ 120,00 ou mais a saca de 60 quilos, para exportação, uma vez que o mercado internacional, chegou a registrar os preços de 243 a 252 dólares por tonelada, que julgamos oportuno o despertamento para a grande realidade da soja.

O mercado mundial, com a população aumentando diariamente, só tende a crescer pelo que a atividade empresarial, como a de óleos vegetais, que se destinem à alimentação humana ou não, é atividade em expansão, é atividade rentável, é atividade que deve merecer todo o prestigamento e apoio do governo e do próprio povo paranaense.

E é em razão de tudo isto que, Srs. Deputados, tal tipo de indústria deve merecer ser estudada com o carinho e patriotismo, que são na realidade as características dos empresários brasileiros”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomet). Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Assomo à tribuna para ler requerimento e justificativa, solicitando o envio de apelo ao Sr. Ministro dos Transportes, solicitando informações sobre a construção da ferrovia Guaraçuva-Cascavel-Foz do Iguaçu. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, se oficie ao Gal. Dirceu de Araújo Nogueira, Ministro de Estado dos Transportes, apelando para que Sua Excelência, informe como se encontram os estudos para a construção da ferrovia Guaraçuva-Cascavel-Foz do Iguaçu, indicando precisamente em que estágio acham-se os planos de viabilidade, destaque de verbas e início previsto para a construção dessa importante estrada que virá contribuir decisivamente para o desenvolvimento das regiões centro, oeste e sudoeste do Paraná.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1976.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA”

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomet). Concedo a palavra ao Sr. Deputado Werner Wanderer, terceiro orador inscrito.

O SR. WERNER WANDERER — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): “Na sexta-feira da semana passada, estivemos em Brasília, em companhia dos Prefeitos de Guaíra, Terra Roxa e Marechal Cândido Rondon e também do Deputado Federal Norton Macedo.

Em audiência com o Exmo. Sr. Ministro dos Transportes, solicitamos o apressamento das obras da BR-467, com projeto final de engenharia concluído, mostrando a real necessidade da urgência desta obra para a economia da região oeste paranaense.

Ainda em Brasília, em companhia do Deputado Federal Norton Macedo, embarcamos para a nossa querida região Oeste, convidados pelo ilustre Ministro da Educação e Cultura.

O Ministro Ney Braga dirigia-se a Cascavel para paraninfar a primeira turma de formandos em licenciatura plena da Faculdade de Filosofia daquela cidade — FECIVEL.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o dia foi de grande significação para o setor educacional de Cascavel e da região Oeste. Tivemos a presença de ilustres autoridades na região. Além do Ministro Ney Braga, contamos com a presença do Vice-Governador do Estado, do Secretário da Educação e Cultura e do Superintendente da Fundepar, e nós, como um dos representantes daquela região, não poderíamos deixar de registrar tal fato e acima de tudo demonstrar nosso reconhecimento a estas autoridades que atendendo apelos dos representantes da região, não medem esforços para trazer os benefícios de que necessitamos.

Além do acontecimento relevante da formatura da primeira turma da FECIVEL e primeira da região, ouvimos do Senhor Ministro Ney Braga sua aprovação para implantação dos cursos de Administração e Ciências Contábeis, junto à Faculdade já existente em Cascavel, cujo documento já se encontra com Sua Excelência Presidente Geisel, para sua real efetivação. Atendendo reivindicação do Deputado Norton Macedo, em nome de Cascavel, nosso Ministro da Educação e Cultura liberou verba para a construção de dois grupos escolares nas localidades de São Salvador e Santa Maria, bem como a construção de cinco praças de esportes nos bairros de Cascavel.

É justificado nosso júbilo neste momento, como representante daquela região. Sentimo-nos orgulhosos pelas realizações do Ministério da Educação, tendo à sua frente um dos mais ilustres filhos de nosso Estado, que tem demonstrado sua preocupação voltada ao povo, não só do Paraná mas de todo Brasil.

No dia 02 de julho o Senhor Ministro nos confirmou sua presença em Mal. Cândido Rondon, onde inaugurará polo esportivo construído em convênio MEC e Prefeitura Municipal, dotando aquele município de um próprio esportivo há muito almejado por aquela população.

E, neste momento, sintetizamos o reconhecimento dos poderes constituídos de Cascavel, do Prefeito Pedro Mufatto, do Presidente da Câmara Municipal Luiz Picoli, Presidente da ARENA de Cascavel Jacy Scanaglia, bem como dos Vereadores e dos demais líderes locais, que têm encontrado ressonância e apoio para um trabalho cada vez mais frutífero em prol da comunidade, num entrosamento perfeito entre governos federal, estadual e municipal”.

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomet). Concedo a palavra no Grande Expediente, alertando que restam apenas 10 minutos, ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni. (Declina). Tendo declinado o Sr. Deputado Ivo Thomazoni, no mesmo sentido, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado, quinto orador inscrito.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Mais uma faceta de perseguição e tensão ocorre com os escravos brancos da fábrica de papel de Arapoti.

Contra os desprotegidos operários e viúvas de ex-operários, desprovidos de recursos até para subsistir, foi montado um esquema no sentido de despejá-los de suas casas. Circulares foram expedidas, a pedido do interventor daquela indústria, aos ocupantes das casas existentes na fábrica de papel de Arapoti.

Muitos operários por terem prestado serviço por trinta ou mais anos e por não terem sido protegidos por nenhum Departamento de Previdência Social ficaram, aposentados pelo FUNRURAL, quase sem vencimentos. Agora, viúvas de ex-funcionários, lá residindo em casebres e casas rudimentares, estão sendo ameaçados, quase que violentamente, de despejo.

A circular expedida, a qual temos em nossas mãos uma cópia, dirigida aos habitantes daquelas casas, está vazada mimeograficamente nos seguintes termos:

(Lendo): "Arapoti, 02 de junho de 1976.

Considerando a escassez de casas residenciais, visto que diversos de nossos empregados continuam sem moradia, solicitamos que V. Exa. providências no sentido de que a casa em que reside, de propriedade desta indústria, seja desocupada no prazo de trinta dias. O aluguel das mesmas, para nossos operários, é de Cr\$ 200,00 mensais.

Por liberalidade da diretoria, permite aluguel de 30 cruzeiros para o primeiro mês, 60 cruzeiros para os 30 dias seguintes, 90 cruzeiros para o terceiro mês e 200 cruzeiros a partir do quarto mês com reajuste mensal de 10 por cento. Cordialmente.

(Assina o eminente)"

Vejam, Sr. Presidente, Srs. Deputados. O padrão atual destes operários, destas pessoas, dos operários das fábricas de papel de Arapoti é o Presidente da República porque lá está sob intervenção, se não me engano, desde 1966. O interventor que também é interventor de um dos hotéis do Estado de Santa Catarina, passou a imprimir uma série de determinações das mais violentas aos operários que lá residem. E até dizem os operários da ativa, que recentemente o interventor determinou ao comércio existente na vila, no povoado daquela indústria, a proibição de venda de bebidas alcoólicas aos operários das fábricas em número mais ou menos de 500, em qualquer oportunidade, nos dias santos, nos feriados, e nas horas de recesso de serviço do operariado, e até dizem o seguinte, os operários, em tom de gafe: Nós somos proibidos a beber porque o padrão gosta muito de bebida. E quase inveterado, muito dado à bebida, determina que não se venda bebida alcoólica aos operários da fábrica, contra determinação exdrúxula recentemente lançada, e, acima de tudo, criminosa, determina que todo o operário da fábrica tem que comprar no armazém da fábrica, os gêneros alimentícios, pelo preço lá estabelecido, e para efetuar estas compras eles terão que entrar em filas, obedecer um programa burocrático para chegar até ao balcão onde vai receber, pelo preço determinado pela própria administração da fábrica, os alimentos necessários para sua subsistência e a subsistência de sua família.

Ocorre que, devido à moção constante destes preços, o que o operário recebe pelo trabalho que presta, não corresponde ao valor da alimentação nem para 20 dias de cada mês. O que se observa é que os operários da fábrica de papel de Arapoti, estão passando fome e estão submissos à miséria, estão submetidos a uma série de determinações que ferem todas as fontes de direito, que ferem todos os direitos legais. Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, havíamos preparado um trabalho de uma justificativa ampla, para nesta oportunidade juntarmos o nosso primeiro pronunciamento sobre o fato e que foi encaminhado ao Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social. Encaminharíamos, desta oportunidade, ao Exmo. Presidente da República, o nosso pronunciamento do dia 04 de junho com referência à indústria de papel de Arapoti e o pronunciamento de hoje.

Entretanto, devido à exiguidade de tempo e temeroso, inclusive, de que não teríamos tempo mais de apresentar esse trabalho que julgamos de profundidade e que representa, acima de tudo, o grito desesperado de uma população de 500 operários que prestam serviços àquela localidade, naquele organismo de emprego de responsabilidade do Governo Federal, porque nós estamos a dois dias do final deste período, e este Parlamento entrará em recesso.

Desta feita, não podendo encaminhar através da douta Mesa Executiva deste Parlamento, nosso trabalho que está praticamente concluído, haverá de ser encaminhado diretamente ao Exmo. Sr. Presidente da República em quem sempre acreditamos, na sua dignidade e, acima de tudo, no seu res-

peito à pessoa humana, porque o que está acontecendo em Arapoti com referência à fábrica de papel e os seus operários e, sem dúvida alguma, o quadro mais triste e mais retratante da falta de respeito ao direito da pessoa humana.

E aquele povo que já está acostumado às determinações as mais violentas da direção administrativa daquela fábrica, não tem mais condições de subsistir.

Por isso mesmo, esperamos e temos quase certeza de que, se não forem ouvidos os clamores por nós transmitidos aqui ao Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social, haverá de ser ouvido e acatado pelo Exmo. Sr. Presidente da República deste País.

Muito obrigado Sr. Presidente, muito obrigado, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomel). Concedo a palavra ao orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Tem sido normal "sine qua non" que caracteriza a inexpressividade do mando "canetiano" no Paraná, a planificação das obras, não aquelas cujos termos não lhe ensinam a oportunidade do desate da fita inaugural, logo após a apoteóse de sua circense descida de atrativo helicóptero, seguido de sua prole palaciana.

Não sabe o que perde a arguta equipe produtora do "Fantástico, Show da Vida!"

Não sabe o que perde esta rica terra araucariana, este pobre Estado do Paraná!

Sepultado no jazigo da inanição, o outrora tão decantado espírito competitivo do Paraná que, elogiável e proficuamente, ombreando-se nas lides reivindicatórias de benefícios exteriores com as demais Unidades da Federação, era temido e respeitado então. Sempre de crista eriçada e esporas afiadas na rinha, era tido adversário em potencial, ou mesmo, imbatível.

Mas agora, dopado pelo entorpecente que caciques da tribo braganiana injetaram em suas veias, prosta-se na lona, contentando-se embevecido com as idas e vindas do caixeiro-viajante em suas incursões aviatórias, nas busca ávida de popularidade nunca alcançada, mérito exclusivo dos que se propõem a altaneiras e nobres causas, incentivados pela sentença do juízo popular, através do consenso inequívoco das urnas.

Amarga, realista e jocosa é a confissão de Prefeito interiorano: "acabei com todas as peças de morim das Casas Pernambucanas — utilizadas para as faixas de saudações; quase não tenho tempo para administrar meu município, dada minha condição de churrasqueiro-mor — quando não é aqui em casa, é aí pela vizinhança! A região virou uma churrasqueira!"

Ignora o Capitão Hereditário, que o desencantado empresário paranaense perece a desesperança ante à execução de obras vitais ao revigoramento e à solidificação industrial no Estado, representadas pelas implantações de eixos e polos, destituídos até agora e até quando, dos respaldos da comunicação rodoviária, aeroviária, ferroviária e portuária.

Com o que se preocupa então o Martim Afonso reencarnado politicamente na pessoa de Jayme Canet Júnior?

Temeroso de adentrar o interior valendo-se da fatídica Curitiba-Ponta Grossa, ignora que os trabalhos de duplicação desse percurso caminham a passo de lesma, atrofiados por inexplicável burocracia. Não enxerga a necessidade de se iniciar nova frente de trabalho, com as tarefas de construção de segunda pista, para atingir a sofrida cidade de Apucarana, vitimada pelos transtornos e à mercê dos prejuízos causados pelo tráfego pesado e constante em sua artéria central.

Não se sensibilizou o governante paranaense diante de páginas inteiras de nossos jornais, estampando as quilométricas filas formadas ao longo da BR-277 durante o escoamento das

prodigiosas safras que demandam ao Porto de Paranaguá?

Qual a sua participação no tão grave quanto relevante problema com o qual se depara o município de Maringá e a rica região por ele polarizada?

Estamos nos referindo à batalha que trava aquela comunidade com escopo de ver restabelecidas plenamente suas linhas normais de transporte aéreo, reintegrando-as à faixa comercial consubstanciada pelos centros de São Paulo, Curitiba, Campo Grande e agora, Foz do Iguaçu. Como bem sucedido empresário, conhece o Sr. Jayme Canet Júnior, o preço-hora do Executivo. E Maringá espera angustiada, rápida e satisfatória decisão governamental, uma vez que a empresa aclamada a se fazer presente já disse sim, aguardando por sua vez, um deferendo oficial.

As lideranças municipais, mobilizam-se desassombradas à frente, o Sr. Sílvio Barros. A questão já ganhou, inclusive o Plenário deste Poder, através da participação nossa, e do eminente Deputado Enéas Faria, merecendo atencioso e objetivo ofício de S. Exa. o Ministro Joelmir Campos de Araripe Macedo, da Aeronáutica, que em data de 9 do corrente mostrou-se sinceramente interessado no solucionamento do problema pautado. Entretanto, a lida que deveria ser, por justas razões, liderada pelo Governador do Estado, dele não recebeu sequer mostras de sensibilidade.

É incompreensível este alheamento do Chefe do Poder Executivo, face às questões vitais para o desenvolvimento racional e heterogêneo do Estado. Maringá, Sr. Presidente, Srs. Deputados, abriga o maior Aeroporto do Interior atualmente. Que contraste! Entregue às Escolas de Formação de Pilotos (utilíssimos e meritórios, por sinal), às moscas e aos vãos de S. Exa., o Sr. Governador, quando lá pausa, acompanhado de seu séquito, para infrutíferos encontros com a figura quinhentista do batedor oficial de palmas ao visitante, o Sr. Presidente do Diretório Municipal do Partido do Governo.

É extremamente incompreensível, aviltante e aberrativa, a total falta de sintonia entre o atual nomeado Governador e o Presidente da República, observada até pelo mais desinformado paranaense. Exemplificamos através das atitudes negativas e até desonestas da Sanepar, extorquindo por meio de promessas que não foram e não serão cumpridas, das Prefeituras Municipais com seus patrimônios já dilapidados. A empresa responsável pela execução de obras de saneamento básico, acenando com recursos, pressionando os Prefeitos Municipais sob a égide do Planasa achada e vilipêndia os mais elementares preceitos da autonomia municipal.

E os infelizes municípios, são vergonhosamente encantoados para aderirem ao tal plano, obrigam-se a entregar — de mão beijada — patrimônios solidificados à custa de muitos sacrifícios e no decorrer de muitos anos, padecendo hoje as agruras oriundas do precipitado ato de entreguismo. É a entrega do corpo ante a promessa de casamento por elemento amancebado. Um verdadeiro estrupo nos frágeis cofres dos nossos municípios.

Felizmente um exemplo que vinga os aderentes.

Maringá, cujo leme segurado firmemente pelas mãos de um dentre os maiores conhecedores de problemas de saneamento do Paraná, o Sr. Sílvio Barros, resistindo heroicamente às investidas da Sanepar, é dotada hoje de perfeito sistema de abastecimento de água e tratamento. Observe-se ainda que aquele município, com recursos próprios, chega ao cúmulo de sobrepor-se às obras do Governo no setor — a cidade é servida com a execução do lançamento de 110 quilômetros de tubulação de esgotos sanitários, enquanto o Governo, em todo o Estado, através da ineficiente Sanepar, perde largamente com a construção de apenas 90 km da mesma obra.

Eis aí patente o desvirtuamento aos chamamentos do Presidente Ernesto Geisel, que, viabilizando todos os esforços no sentido de atendimento ao HOMEM como meta princi-

pal de sua filosofia governamental, é incompreendido catastróficamente pelo seu representante no Paraná, empanando a imagem do ritmo desenvolvimentista que embala a Nação.

Voltamos a inquirir: qual é, até agora, a participação de Canet nos altos interesses do Estado?

Disse ele algo a respeito, tomou o mesmo alguma iniciativa a respeito da empolgante e necessária metropolização da área Londrina-Maringá? Desconhece então, Sua Excelência, a potencialidade agro-industrial daquele eixo, responsável pela elevação célere e constante do índice demográfico da região?

Senhor Presidente.

Senhores Deputados.

E até quando o Paraná conformar-se-á no posicionamento de potência perdedora?

Tão pálida foi a participação do Governo para atrair o Polo Petroquímico, que outro Estado da Federação arrebatou-o.

A TELEPAR é agora uma filial, uma extensão da Telebrás; a COPEL — uma advertência — segue o mesmo caminho ("remember" Salto Osório). A SANEPAR é agenciadora de Prefeituras para o PLANASA. A assim continuar, não alimentem dúvidas, Senhores Deputados, ao Estado só restará a sede de seu Governo. O Palácio Iguaçu.

E se deve ressaltar que este Estado é o terceiro no quadro de demanda de recursos aos cofres da União. Se não o fosse, há muito haveria de ter sido simplesmente penhorado. E rico como é, penhora-se aos poucos, se a este Governo, outros tais quais se sucederem.

No trato das causas educacionais, também, se observa, com desagrado, a nudez do Mandatário Estadual.

Milhares de Universitários, centenas de professores, indagam o **porquê** da não participação do Governador no processamento da federalização das Universidades de Maringá, Londrina e Ponta Grossa.

À testa do Ministério competente, um paranaense, com interesses entretanto, voltados a aspirações pessoais, aquinhoando com seus favores outros Estados brasileiros, olvidando e relegando a plano secundário, o Paraná que o projetou. Justamente neste território, as atividades do MEC têm sido opacas. E fatos estranhos atestam o alheamento do Ministro para o seu Estado-berço. Rememoramos a renúncia em ano passado, do Reitor da Universidade Estadual de Maringá, acossado pela situação financeira com que se deparava aquela importantíssima instituição de Ensino Superior, carecedora de recursos federais condizentes com a dignidade de sua sustentação.

E o desprestígio junto às Universidades de Londrina — dirigida por sinal, por parente de Sua Excelência, e Ponta Grossa que lutam, anseiam, brigam e sofrem pela demora da assinatura dos documentos de federalização. **QUAL A FORMA IMPRIMIDA PELO GOVERNADOR PARANAENSE NESTA BATALHA? NENHUMA.**

Nunca se ouviu dizer, nem nunca nossa imprensa noticiou: "O Sr. Jayme Canet Jr., exigiu do Ministro Ney Braga, a federalização das Universidades estaduais existentes no Paraná!"

Talvez tenha recebido determinação para não fazê-lo. O Paraná vive então, patrocinada pelo Governo Estadual, a brincadeira de "SEGUIR O CHEFE" ou então "SÓ ME PEÇA AQUILO QUE ANTES EU DISSER OU PUDER DAR".

No cenário conjunto do crescimento deste País, apresenta-se descolorida a imagem do Paraná nos altos escalões do Governo Federal, porque a eles nada se pleiteia com objetividade, com seriedade, com altruísmo.

À disposição do Paraná, na Caixa Econômica Federal, um paranaense, o ilustrado Sr. Carlos Richbitter. À disposição do Paraná, frente ao Banco Nacional de Habitação, outro paranaense, o dinâmico, sensato e inteligente Sr. Maurício Schulmann, frente ao Ministério da Educação, o ex-Governador Ney Braga, cuja atenção para com o seu Estado é posta em dúvida, com o



desagravante entretanto, de nunca ter sido solicitada.

Retornamos então ao Interior do Estado, levando sempre conosco a crucial indagação: Porque a ineficácia?

Lá está a região Norte-Noroeste que, representando 50 por cento da área de produção do Paraná com participação de até 70 por cento da receita pública, praticamente consumida pelo Processo erosivo e, para este assunto chamamos a atenção desta Casa, advertindo principalmente os parlamentares da região em tela que o Projeto Noroeste, de alto custo, não atingirá suas finalidades, dado o seu desvirtuamento, enfocado através de modificações de ordem político-eleitorais ou segundo artimanhas de grupos. Estas nefastas ações serão denunciadas posteriormente, desta mesma tribuna, por este mesmo Parlamentar.

Abordamos ainda, o aspecto viário do Paraná, interrogando o Executivo sobre a planificação e a execução de obras de transposição de nossos rios, sempre premiados com a instalação de arcaicas e inseguras balsas. Parece que o Governo sente aversão à construção de pontes. Já iniciou, por via das dúvidas, o Sr. Jayme Canet, os contatos preliminares com o Governo Paulista no que se refere à situação da ponte sobre o Rio Paranapanema, no ponto de ligação Santo Inácio-Presidente Prudente?

Nossa interrogação decorre de noticiário recentemente veiculado pela Imprensa dando conta da saturação de tráfego naquela obra de arte.

No plano turístico, propôs S. Exa. melhor atenção por parte da EMBRATUR? Sabe-se, à guisa de exemplificação, que dentro de dez anos, os famosos Saltos de Guaíra serão encobertos pelo lago artificial que alimentará a Hidrelétrica de Itaipu. Quais então, os propósitos governamentais no sentido de se permitir ao brasileiro e ao visitante, que conheçam Sete Quedas antes de sua total submersão?

Por que, Sr. Governador, esta nuvem ante vossos olhos?

Conhece V. Exa., os índices de êxodo rural que assoberba o Paraná, super-povoando cidades, do dia para a noite, destituídas em sua maioria de condições de abrigação e aproveitamento dessa mão-de-bra, antes dedicada ao cultivo do solo, agora empunhando novas ferramentas, as da construção civil?

Conhece V. Exa., as causas deste fenômeno?

Os Governadores de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul conhecem e já se manifestaram frontalmente contrários.

Trata-se, Sr. Governador, do chamado endividamento interno, oriundo da negatividade da Resolução Senatorial de número 62/75, que vigora desde a data de 28 de outubro de 1975, que em seu artigo 2º determina: A dívida consolidada interna dos Estados e Municípios deverá conter-se nos seguintes limites máximos:

1 — O montante global não poderá exceder a 70 por cento da receita realizada no exercício financeiro anterior.

2 — O crescimento real anual da dívida não poderá ultrapassar a 20 por cento da receita realizada; seguindo-se então itens e parágrafos cerceativos da autonomia econômica dos municípios, atingindo também o Estado, evidentemente.

Ora, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o Diploma em tela prejudica sobremaneira o Estado do Paraná, pois este não podendo valer-se de recursos destinados ao replante do café, perde conseqüentemente possibilidade para aproveitamento de mão-de-obra, originando-se desta forma o êxodo dos paranaenses em busca de outras frentes de trabalho.

Nossas considerações serão porquanto objetivas. Toman-do por base a Resolução de número 58, firmada no dia 23 de outubro de 1968, pelo Senador Gilberto Marinho, então Presidente da mais alta Casa Legislativa do País, o documento determinou publicação e vigência da mencionada Resolução, que em seu artigo 1º proibia no prazo de dois anos emissões e lançamentos de qualquer natureza direta ou através de Entidades Autárquicas pelos Estados e Municípios, excetuando-se

operações de crédito por antecipação de receita, autorizado nos orçamentos anuais e previsto na Constituição Federal.

É notável que os § do 1º Artigo consentiam o levantamento temporário da medida no caso de financiamento de obras públicas ou serviços reprodutivos, isto desde que a amortização dos juros fosse atendida pela renda dos serviços ou obras, com a exigência no entanto, que a fundamentação técnica fosse antes apresentada ao Conselho Monetário Nacional.

Após a consideração do Ministério da Fazenda, seguia-se a apreciação do Senado Federal. Decorrido o prazo de dois anos a Resolução 58 auto-limitou-se, carecendo em 1970 a medida adequada proposta então pelo Senado, revigorando todo o texto até então vigente, do citado documento de número 58.

Atuando com absoluto rigor, pretendendo desincumbir-se da espinhosa missão de controlar nosso endividamento, volta disciplinando a matéria com o surgimento de Resolução número 52, isto no ano de 1972, a redação deste documento textualiza que o Senado Federal admitiu operações de crédito independente de análise do Banco Central, quando os recursos se destinassem à execução de obras de saneamento básico pelos Estados e Municípios, e urbanização de conjuntos habitacionais de baixa renda.

Incontestavelmente, estas liberalidades, somadas às anteriores que permitiam operações de crédito para aquisição de equipamentos agrícolas e rodoviários, carregaram aos Municípios e Estados, possibilidades maiores, devolvendo aos Prefeitos e às Câmaras de Vereadores, um pouco mais de autonomia que lhes fora retirada pela disposição, rígida por sinal, firmada de início.

Não se discute que a Resolução de 1972 proporcionou níveis acelerados de progresso aos Municípios brasileiros.

O novo quadro administrativo criado deveu-se aos investimentos na urbanização dos centros de baixa renda, aquinhoados a seguir com melhorias oriundas de iniciativas do BNH, oferecendo aos conjuntos habitacionais pavimentação, galerias para escoamento de águas pluviais, energia elétrica e obras comunitárias dentre as quais, as escolas de 1º grau, atendendo as crianças de idade entre 7 e 14 anos. É forçoso afirmar que hoje o Paraná possui hombridade para reivindicar injeção de maiores recursos em seus centros, vítimas da compressão de toda sorte, notavelmente ocasionada pela expressividade numérica das famílias antes radicadas e apegadas ao solo, ao cultivo da terra, mas que motivos por todos conhecidos, obrigam-se na busca dos centros urbanos mais destacados.

Cumpramos então salientar, ser exatamente os trabalhos na construção civil, a tangente que apresenta maior solução para a guarida dessa soberba mão-de-obra, pois não se diferem as ferramentas e a aptidão empregada na lavoura e os instrumentos e a capacitação para o erguimento de obras de estruturas diversas.

O porquê de nossa explanação sobre assunto de conhecimento amplo por parte dos preclaros membros desta Assembléia?

Aparece o douto Senado Federal, já sob a Presidência de Magalhães Pinto, baixando nova Resolução normativa na questão de endividamento interno, praticamente retrocedendo no tempo e no espaço, readotando, em 28 de outubro do ano passado, as normas anteriormente fixadas na Resolução 62, ainda do ano de 1975.

Por isso, nossa motivação em censurar o Governo do Estado, o único na região Sul do País, a permanecer indiferente ante tal performance, cerceadora da autonomia econômica de Estado e Municípios, geradora de fatores de enfraquecimento das finanças públicas.

Novamente encontram-se subordinadas as operações de crédito de qualquer natureza, incluindo-se as que sejam intervenientes, às autarquias estaduais ou municipais.

Sr. Presidente.

O fato é que o Poder Público não pode submeter sua capacidade à diminuição emanada pela Resolução em pauta.

Apraz-me enfatizar que o BNH atuava com rapidez e objetividade, era flexível até.

No momento, o capacitado paranaense que dirige o BNH encontra-se manietado no sentido do termo, uma vez que o órgão por ele presidido dispõe de recursos para serem canalizados às municipalidades que demonstrem interesses voltados aos objetos por ele propostos.

O Presidente Maurício Schulmann encontra-se de mãos atadas. Enquanto isso, centenas de projetos devidamente protocolados no BNH, moram em suas gavetas.

Paralelamente, empreiteiros cujos contratos foram elaborados baseados nos projetos devidamente aprovados pelo BNH, vivem dias aflitos, apreensão, e mal estar aos que confiaram nas administrações públicas de posse de cartas do BNH, dando conta da correção dos projetos de viabilidade econômica, arquitetônicas e estruturais.

Aí, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a razão de nossa indignação. ATÉ ESTE MOMENTO NENHUMA VOZ DO GOVERNO PARANAENSE ERGUEU-SE, DANDO PROVAS DE INDEPENDÊNCIA E DE ESPÍRITO REALMENTE VOLTADO AOS ELEVADOS INTERESSES DO ESTADO.

SOMENTE O MUNICÍPIO DE MARINGÁ TEM 7 IMPORTANTÍSSIMOS PROJETOS DEVIDAMENTE PROTOCOLADOS NO BNH, EM TRÂNSITO NOS ÓRGÃOS COMPETENTES. OBRAS DE PROFUNDO ALCANCE SOCIAL PODERÃO SOFRER MODIFICAÇÕES, SÉRIOS TRANSTORNOS E INCOMENSURÁVEIS PREJUÍZOS À COMUNIDADE, PRINCIPALMENTE ÀS CAMADAS QUE POR ELAS SERIAM BENEFICIADAS, JUSTAMENTE AS MAIS POBRES”.

A “Gazeta do Povo”, estampa, na edição de 28 de junho do corrente ano:

“Projeto Cura — Cr\$ 32.000.000,00

Centro Esportivo Ministro Ney Braga — Zona 5 — Cr\$... 700.000,00.

Piscina Olímpica — Complexo Integrado C.E.M.M. — Cr\$ 6.000.000,00.

Urbanização Núcleo Habitacional Carina — Cr\$ . . . 700.000,00.

Urbanização Núcleo Inocente Villanova Júnior (Parcial Cr\$ 15.000.000,00

Projeto integrado dissipador de energia. Galeria e Trevo Tuiuti com viaduto Cr\$ 27.000.000,00”.

Está aqui a manchete: “Em Maringá, o assunto da restrição das despesas, de acordo com a nova Resolução Normativa do Senado Federal, está sendo cuidadosamente debatido pelos assessores do Prefeito Sílvio Barros. A programação de obras poderá sofrer alguma modificação”.

Isso se não ocorrer fundamental mudança na Resolução Normativa do Senado Federal, número 62.

Senhor Presidente, Srs. Deputados.

Ainda por ocasião da realização do Congresso de Prefeitos levado a efeito na cidade de Foz do Iguaçu, o Prefeito Sílvio Barros, propôs brilhantemente o reestudo da nociva Resolução de número 62, e sua conseqüente revogação. Sua reivindicação mereceu os aplausos de todos os Prefeitos participantes e o apoio decidido e coeso à necessidade por ele levantada que preconizava a supressão de tal documento, descabido sob todos os aspectos, mormente à luz da progressão legislativa.

Tal iniciativa foi digna do enosso dos nobres Pares quando atitude idêntica aqui tomamos, propondo o envio de expedientes a quem de direito, com o mesmo norteammento.

Ante a insensibilidade do Governador do Paraná, único silencioso face tal estado de coisas, prejudicial mesmo à sua própria administração, uma única motivação conhecemos para adjetivar seu alheamento. O retrógrado e anti-democrático processo de eleições indiretas, cuja aplicação, atentatória até aos próprios direitos do Homem, possibilita a ascensão de pessoa imunizada contra a necessidade de se ir de encontro aos an-

seios populares. Como decorrência das considerações arguidas, o Paraná, Sr. Presidente, repito, detém maior força moral para reivindicar e reclamar a atenção dos poderes constituídos, através de nossa palavra, de vez que, novamente salientamos, nenhuma voz do Governo paranaense levantou-se, e assim, imbuido do mais elevado e puro espírito patriótico, REQUE-REMOS À MESA, obedecidos os dispositivos regimentais, sejam enviados por esta egrégia Casa de Leis à mais alta Casa Legislativa da Nação, um ofício retratando e sintetizando nosso modesto discurso e principalmente levando a S. Exa. o Sr. Presidente da República com cópias a S. Exa. o Sr. Presidente do Senado Federal, aos preclaros líderes da Maioria e da Minoria:

Excelentíssimo Senhor

General ERNESTO GEISEL

Digníssimo Presidente da

República Federativa do Brasil

BRASÍLIA — DF

Excelentíssimo Senhor Presidente.

Valendo-me das prerrogativas oferecidas pelo Regimento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, e, principalmente, valendo-me da condição de homem público voltado para as causas e problemas das comunidades interioranas, particularmente os municípios consagrados pelas Resoluções do BNH, passíveis que são de recebimento de financiamentos para obras de infra-estrutura, geradoras de desenvolvimento e progresso social, tidas e havidas como fórmula eficaz de elevação do nível de vida do homem simples, venho à presença de V. Exa., bem como do ilustre Senador José Magalhães Pinto e dos preclaros líderes da Maioria e Minoria do Senado Federal, solicitar a reformulação da Resolução número 62, de 28/10/75.

Proponho, Exmo. Sr. Presidente, que o Estatuto normativo que disciplina o endividamento interno dos Estados e Municípios, eficaz e necessário no momento em que o País atravessa aguda crise, seja reformulado admitindo pelo menos a continuidade das metas sociais preconizadas pelo Governo, cujos componentes integrados neste regime republicano atuam por força constitucional, através dos Poderes Executivo e Legislativo.

Na qualidade de Representante de considerável e valorosa parcela do povo paranaense, respeitosamente levanto minha voz visando sensibilizar o Chefe da República Federativa do Brasil, permito-me repetir às lideranças que tomarão conhecimento do conteúdo deste expediente, procurando consignar que o Estado do Paraná sofreu drasticamente os efeitos das geadas de 1975, quis o Governo de V. Exa., condenar o nosso Estado ecologicamente, nele evitando-se novos investimentos para o replante, é justo registrar-se que recursos da ordem de 10 por cento provenientes da comercialização do café, por força de Lei, seriam depositados à conta dos Estados produtores e destinados à defesa e aprimoramento do cultivo da rubiácea.

Tais recursos, Exmo. Sr. Presidente, na quase totalidade foram transferidos para Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia e o Estado do Paraná que possuía um bilhão de árvores, conseqüentemente, possui e ainda possui o maior número de lavradores, meeiros e colonos afeitos ao trato do café. Estes homens e suas famílias buscam nos grandes centros urbanos do nosso Estado, ressaltando Maringá, Londrina e Cascavel e outras grandes cidades paranaenses, o necessário sustento para si próprio, seus filhos e esposas; sofre o Paraná a compressão mais acentuada e jamais vivida em termos anteriores com a incessante liberação da mão de obra agrícola.

O recurso mais alcançável e mais adequado, a qualificação desta mão de obra simplória situa-se na área da construção civil e nas obras de infraestrutura, portanto, uma faixa dos planos sociais do Governo.

Despretenciosamente subscrevo, Sr. Presidente, o presente requerimento, visando neste rápido retrato das Comunidades do

Paraná, reivindicar que seja não somente reformulada a Resolução número 62, bem como seja aberta uma exceção para o Estado que pretendemos representar com dignidade, partindo do princípio defendido em nossas palavras e em nosso expediente que não deixa margem de dúvidas, foram de fato prejudicados os paranaenses, quer pelo desprestígio às suas magníficas terras, maiores responsáveis pela produção do café, quer pela compressão, já mencionada, dos nossos centros urbanos, quer pela drástica restrição proposta pela Resolução número 62.

Ao reiterar protestos da mais alta estima e consideração, permito-me Exmo. Sr. Presidente, seja o Paraná motivo das melhores atenções de V. Exa., porquanto mesmo subtraída a sua maior fonte de renda, os agricultores e a família paranaense reagiram estimulados e confiantes, respondendo os ditames da oferta e demanda e em tempo recorde vem substituindo pelo soja a grandeza que representa e o qualifica como uma das mais empolgantes e desenvolvimentistas unidades da grande República Federativa.

Atenciosamente.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1976".

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomet) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 65/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 115/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria do Interior com o Município de Loanda, objetivando execução de obras de Combate à Erosão Urbana, na sede do referido Município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 76/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 69/76, que aprova Termo de Ajuste celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, a Secretaria Especial do Meio Ambiente e a Administração de Recursos Hídricos, objetivando implantar um Sistema de Cooperação Técnica entre a "SEMA" e "ARH". Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 94/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 77/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior com o Município de Terra Roxa, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 66/76, de autoria do Deputado Accioly Neto, e Fidelcino Tolentino, elevando para quinze (15) o número de Vereadores da Câmara Municipal de Cascavel. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 97/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 177/76, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Prefeitura Municipal de Cambé, visando a regularização e implantação dos Serviços de Segurança contra

Município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 100/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 175/76, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Apucarana, visando implantação dos Serviços de Prevenção, Combate à Incêndios, Busca e Salvamento e outras calamidades, na área do referido Município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 101/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 176/76, que aprova o Convênio celebrado pelo Governo do Estado com o Município de Umuarama, objetivando a Implantação dos Serviços de Prevenção Combate à Incêndio, Busca e Salvamento e outras calamidades, na sede do referido Município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 54/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 45/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o Município de Santa Izabel do Oeste, objetivando execução de reparos no prédio onde funcionam o Grupo Escolar Guilherme de Almeida e a Unidade Escolar de Primeiro Grau, da sede do referido Município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 54/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o Município de Santa Izabel do Oeste, objetivando a execução de reparos no prédio onde funcionam o Grupo Escolar Guilherme de Almeida e a Unidade Escolar de 1º Grau, da sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de março de 1976.

aa) Accioly Neto, Presidente; Dácio Leonel, Relator.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 45/76

Acompanhado da Mensagem Governamental 154/76, de 16 de dezembro de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração com o Município de Santa Izabel do Oeste, objetivando a execução de reparos no prédio onde funcionam o Grupo Escolar Guilherme de Almeida e a Unidade Escolar de 1º Grau, da sede do referido Município.

Cumpra o Sr. Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 30 de março de 1976.

aa) Accioly Neto, Presidente; Dácio Leonel, Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 55/76, de autoria da



Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 53/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior com o Município de Assis Chateaubriand, objetivando execução de melhorias no prédio onde funciona o Ginásio Estadual, da sede do referido Município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 55/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 63 de novembro de 1976, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o Município de Assis Chateaubriand, objetivando a execução de melhorias no prédio onde funciona o Ginásio Estadual da sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de março de 1976.

aa) Accioly Neto, Presidente; Dácio Leonel, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 53/76

Acompanhado da Mensagem Governamental 157/75, de 16 de dezembro de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, Termo de Convênio celebrado em 26 de novembro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior com o Município de Assis Chateaubriand, objetivando a execução de melhorias no prédio onde funciona o Ginásio Estadual da sede do referido Município.

Cumpra o Sr. Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os Convênios celebrados com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 30 de março de 1976.

aa) Accioly Neto, Presidente; Dácio Leonel, Relator.

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomel) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário das Finanças, no sentido de que se digne informar as razões porque está sendo pago ao Município de Palmeira, sua participação na arrecadação do ICM com 50 por cento a menos do que o estimado para o corrente exercício. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Ministro da Educação e Cultura e Reitor da Universidade Federal do Paraná, no sentido de que seja feita a devolução da importância recebida indevidamente pela UFP, com a máxima urgência, aos alunos credores. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, lido da tribuna, solicitando seja enviado apelo ao Sr. Ministro dos Transportes, no sentido de que informe como se encontram os estudos para a construção da ferrovia Guarapuava Cascavel a Foz do Iguaçu. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, lido da tribuna, solicitando o envio de cópias de seu pronunciamento ao Sr. Presidente da República e diversas autoridades, propindo que o Estatuto normativo que disciplina o endividamento interno, dos Estados e Municípios, eficaz e necessário no momento em que o País atravessa aguda crise, seja reformulado pelo menos a continuidade das metas sociais preconizadas pelo Governo. — Em discussão.

O SR. IVO THOMAZONI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomel) Fica transferida a discussão para a sessão de amanhã.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 29, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução 97/76, 100/76 e 101/76.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução 54/76 e 55/76.

Levanta-se a Sessão.

PORTARIA Nº 389/76

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 5479, de 21 de junho de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria 1/76, aos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia:

GERSON EVANGELISTA PASSOS

matrícula nº 336 — ADV PL “27”

IHOR BARANHUK — mat. 453 PL PL “23”

JANET DA SILVA SANTOS

matrícula nº 338 — OA PL “22”

MÁRIO AUGUSTO GUERRA — mat. 170 OSG PL “19”

OSWALDO FARIA — mat. 345 — OA PL “19”

IZOLLA GLISTAU BARRICHELLOI

matrícula nº 207 — ESC PL “16”

Gabinete da Diretoria Geral em 23 de junho de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 390/76

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 5462, de 18 de junho de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

designar, TEREZINHA CASAGRANDE, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços na Liderança do MDB, junto ao Gabinete do Deputado BENEDITO LÚCIO MACHADO, no período compreendido entre 1º de junho a 31 de dezembro de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23 de junho de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral.

PORTARIA Nº 391/76

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

I - revogar, a Portaria 202/76, de 28 de abril de 1976, na parte que se refere a designação de NILCE ALVES POLI MILANI,

ora à disposição deste Poder, para prestar serviços na Liderança da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado EGON PUDELL, a partir de 21 de junho de 1976; e,

II - revogar, a Portaria 235/76, de 6 de maio de 1976, que autorizou a funcionária acima citada, para prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento de seus vencimentos, a partir de 21 de junho do corrente ano.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23 de junho de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nºo 387/76

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 5476, de 21 de junho de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria 1/76, ao funcionário ROGÉRIO ANTONIO SOUZA DO NASCIMENTO, matrícula 495, ocupante do cargo de nível PL "26" da Série de Classes de Médico, do Grupo Ocupacional de Medicina, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23 de junho de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral.

---